

**CONCURSO DE
CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO
MUNICIPAL, DESTINADO A GINÁSIO
NO COMPLEXO DESPORTIVO DAS CALDAS**

- **Editais**
- **Programa de Concurso**



Câmara Municipal de Monção

EDITAL

CONCURSO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO MUNICIPAL, DESTINADO A GINÁSIO NO COMPLEXO DESPORTIVO DAS CALDAS

1. Entidade Adjudicante

Município de Monção

Largo de Camões

Tel. 251 649 000

4950 – 444 Monção

Fax 251 649 010

www.cm-moncao.pt

gap@cm-moncao.pt

2. Objeto do Concurso

Concessão de exploração de um espaço municipal, destinado a ginásio no Complexo Desportivo das Caldas, em Monção.

3. Concorrentes

A esta concessão podem concorrer todas as entidades individuais ou coletivas que disponham de competências e meios para a referida exploração.

4. Prazo de Concessão

O prazo de concessão para a ocupação do referido espaço destinado à instalação e ao funcionamento de um quiosque é de **5 anos, com início em 1 de Maio de 2018 e termo em 30 de abril de 2023.**

5. Taxas

O adjudicatário da concessão fica obrigado ao pagamento de uma taxa pela concessão, acrescida do Imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal, cujo montante será definido de acordo com o ponto 9, partindo de um valor base de **€ 750,00 mensais.**

6. Processo de concurso

O processo de concurso, encontra-se patente para consulta na página Web do Município de Monção e no Balcão de Atendimento ao Público da Câmara Municipal de Monção, todos os dias úteis, entre 9:00 e as 16:45 horas, podendo ser fornecidas, gratuitamente, cópias a todos os interessados, desde que requeridas.

7. Forma de concurso

O concurso assumirá a forma de proposta em carta fechada.

8. Propostas e prazo de entrega

As propostas, redigidas em língua portuguesa e através do formulário que integra o processo de concurso, deverão ser entregues **até às 16.30 horas, do dia 30 de Março de 2018, no Balcão de Atendimento ao Público da Câmara Municipal de Monção.**

9. Adjudicação

O valor de adjudicação desta concessão é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes factores, por ordem decrescente de importância:

a) Montante da contrapartida económica oferecida a título de concessão – 80%

b) Avaliação curricular do diretor técnico (DT) que assuma a direção e responsabilidade pelas atividades desportivas que decorrem na instalação e dos técnicos de exercício físico responsáveis pela orientação e condução do exercício de atividades desportivas a decorrer na instalação – 20%

Monção, 22 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara,

- António José Fernandes Barbosa -



Câmara Municipal de Monção

CONCURSO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO MUNICIPAL, DESTINADO A GINÁSIO NO COMPLEXO DESPORTIVO DAS CALDAS

Programa de Concurso

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto do concurso

1 - O presente concurso tem por objecto a celebração de contrato de concessão da exploração de um espaço municipal, destinado a ginásio no Complexo Desportivo das Caldas, em Monção, devidamente equipado com máquinas próprias de ginásio, com uma área bruta privativa de 540,00m², conforme planta que se anexa ao presente programa de concurso.

2 - O concessionário deve ter por objeto social exclusivo, ao longo de todo o período de duração do contrato, as atividades que se encontram integradas na concessão.

Artigo 2.º

Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Município de Monção, sita no Largo de Camões, 4950 – 444 Monção. Tel. 251 649 000 Fax. 251 649 010. Página web – www.cm-moncao.pt.

Artigo 3.º

Concorrentes

A esta concessão podem concorrer todas as entidades individuais ou colectivas que disponham de competências e meios para exploração deste espaço e equipamentos.

Artigo 4.º

Critério de adjudicação

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes factores, por ordem decrescente de importância:

- a) Montante da contrapartida económica oferecida a título de concessão – 80%
- b) Avaliação curricular do diretor técnico (DT) que assuma a direção e responsabilidade pelas atividades desportivas que decorrem na instalação e dos técnicos de exercício físico responsáveis pela orientação e condução do exercício de atividades desportivas a decorrer na instalação – 20%

Artigo 5.º

Prazo de Concessão

O prazo de concessão do espaço destinado à instalação e ao funcionamento do referido espaço é de **5 anos, com início em 1 de Maio de 2018 e termo em 30 de abril de 2023.**



Câmara Municipal de Monção

Artigo 6.º

Preço Base da Concessão

- 1 – O preço base para efeitos de concurso é de € 750,00 valor mensal, acrescido do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal, cujo montante será definido de acordo com os critérios descritos no artigo 4.º do presente programa de concurso.
- 2 – O valor da concessão será pago desde a adjudicação, em prestações mensais, iguais e sucessivas.

Artigo 7.º

Forma de concurso

O concurso assumirá uma única fase de propostas em carta fechada.

Artigo 8.º

Processo de concurso

- 1 - O processo de concurso, encontra-se patente para consulta na página Web do Município de Monção e no Balcão de Atendimento ao Público da Câmara Municipal de Monção, em todos os dias úteis, entre as 9:00 e as 16:30 horas, podendo ser fornecidas, gratuitamente, cópias a todos os interessados, desde que requeridas.

SECÇÃO II

Propostas

Artigo 9.º

Apresentação de propostas

- 1 - As entidades que pretendam concorrer à concessão da exploração a que se refere o artigo 1.º devem entregar as suas propostas na Divisão da Educação e Cultura da Câmara Municipal de Monção, em cartas fechadas, registadas e lacradas, endereçadas à Câmara Municipal de Monção e com indicação exterior do concurso a que se destinam, até às 16 horas e 15 minutos, do dia 30 de Março de 2018.
- 2 - Se enviadas por correio registado para a mesma morada, a sua recepção deverá ocorrer dentro do prazo fixado no número anterior.
- 3 - A data limite fixada no n.º 1 pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o programa do concurso, o caderno de encargos ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
- 4 - A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.

Artigo 10.º

Pedidos de esclarecimentos

- 1 - Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos até ao dia 16 de Março de 2018.
- 2 - Os pedidos devem ser solicitados por escrito ao júri do concurso para a seguinte morada: Câmara Municipal de Monção - Largo de Camões - 4950 Monção
- 3 - Os esclarecimentos devem ser prestados pelo júri, por escrito, até dia 23 de Março de 2018.
- 4 - Dos esclarecimentos prestados ao abrigo do número anterior juntar-se-á cópia às peças patentes do concurso.
- 5 - Para uma melhor avaliação do procedimento, poderá ser requerida uma visita ao espaço proposto à concessão, dentro do prazo fixado no número 1 do presente artigo.

Artigo 11.º

Proposta

- 1 - Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- 2 - Na proposta o concorrente deve indicar os seguintes elementos:



Câmara Municipal de Monção

- a) O valor da concessão, excluído o IVA;
 - b) Nota justificativa do valor proposto;
 - c) Apresentação de estudo prévio relativo às valências a explorar e equipamentos a instalar (caso se aplique).
- 3 - Na proposta o concorrente pode especificar aspectos que considere relevantes para a apreciação da mesma.
- 4 - O preço, que não deve incluir o IVA, é indicado em algarismos e por extenso.
- 5 - A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.
- 6 - O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 60 dias contados da data limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se o concorrente nada requerer em contrário.
- 7 - Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12.º

Documentos que acompanham a proposta

- 1 - As propostas a que se refere o artigo anterior só serão consideradas se forem acompanhadas dos seguintes elementos:
- a) Pessoa Singular:
 - Cópia de Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão;
 - Cópia de Número de Identificação Fiscal.
 - b) Pessoa Coletiva:
 - Certidão Permanente da empresa;
 - Cópia de Número de Identificação Fiscal.
 - c) Comprovativos de situação regularizada com a Segurança Social e a Autoridade Tributária;
 - d) Formulário de Candidatura;
- 2 - Para a comprovação das habilitações profissionais e capacidade técnica, devem ser apresentados o curriculum vitae de cada um dos técnicos mencionados no artigo 4.º do presente programa.

Artigo 13.º

Modo de apresentação das propostas

- 1 - A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa através do formulário anexo e assinado pelo concorrente ou seu representante.
- 2 - A proposta, é apresentada em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra «Proposta» e o nome ou denominação do concorrente.
- 3 - Os documentos a que se refere o artigo anterior são apresentados noutra invólucro, também opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra «Documentos» e o nome ou denominação do concorrente.
- 4 - Os invólucros referidos nos números anteriores são, por sua vez, guardados num outro invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se identifica o concurso.

SECÇÃO III

Acto público do concurso

Artigo 14.º

Abertura

- 1 - Pelas 10 horas e 30 minutos do dia 3 de Abril de 2018, no Auditório da Biblioteca Municipal, decorre o ato de abertura de propostas.
- 2 - Por motivo justificado, pode o acto público realizar-se dentro dos 10 dias subsequentes ao indicado no número anterior, em data a determinar pela entidade competente para autorizar a despesa.



Câmara Municipal de Monção

3 - A eventual alteração da data do acto público é comunicada aos interessados que procederam ou venham a proceder ao levantamento dos documentos do concurso e publicitada pelos meios que o júri entenda mais convenientes.

Artigo 15.º

Regras gerais do acto público

1 - Ao acto público pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados.

2 - Os concorrentes ou os seus representantes podem, no acto:

- a) Pedir esclarecimentos;
- b) Apresentar reclamações sempre que seja cometida, no próprio acto, qualquer infracção à legislação aplicável ou ao presente programa;
- c) Apresentar reclamações contra a admissão de qualquer outro concorrente, das respectivas propostas ou contra a sua própria admissão condicionada ou exclusão, ou da entidade que representam;
- d) Apresentar recurso hierárquico facultativo das deliberações do júri tomadas no âmbito do acto público;
- e) Examinar a documentação apresentada durante um período razoável a fixar pelo júri;
- f) Obter cópia dos esclarecimentos prestados.

3 - As reclamações dos concorrentes e os recursos hierárquicos facultativos podem consistir em declaração ditada para a acta ou em petição escrita.

4 - O recurso hierárquico facultativo tem obrigatoriamente de ser interposto no próprio acto público.

5 - As deliberações do júri tomadas no âmbito do acto público são notificadas aos interessados, no próprio acto, não havendo lugar a qualquer outra forma de notificação, ainda que não estejam presentes ou representados no referido acto os destinatários dessas deliberações.

Artigo 16.º

Admissão de concorrentes

1 - São excluídos os concorrentes:

- a) Cujas propostas não sejam recebidas no prazo fixado;
- b) Que nos documentos incluam qualquer referência que seja considerada indiciadora do preço da proposta ou das respectivas condições de pagamento;
- c) Que não observem o disposto no artigo 13.º, desde que a falta seja essencial.

2 - São admitidos condicionalmente os concorrentes que:

- a) Não entreguem a totalidade dos documentos exigidos nos termos do artigo 12.º;
- b) Na documentação apresentada omitam qualquer dado exigido.

3 - No caso de existirem concorrentes admitidos condicionalmente, o júri concede-lhes um prazo, até cinco dias, para entregarem os documentos em falta ou para completarem os dados omissos, contra a emissão de recibo no caso da entrega não ser feita de imediato no acto público, não sendo exigida qualquer formalidade para a respectiva apresentação.

4 - São excluídos os concorrentes admitidos condicionalmente quando:

- a) Não entreguem os documentos em falta no prazo fixado;
- b) Na nova documentação apresentada incluam qualquer referência que seja considerada indiciadora do preço da proposta ou das respectivas condições de pagamento;
- c) Na nova documentação apresentada seja omitido qualquer dado exigido ou não sejam entregues, no prazo fixado, os dados entretanto exigidos e desde que, em qualquer caso, a falta seja essencial.



Câmara Municipal de Monção

Artigo 17.º

Admissão das propostas

São excluídas as propostas que:

- a) Não contenham os elementos exigidos nos termos do n.º 2 do artigo 11.º;
- b) Não observem o disposto no artigo 13.º, desde que a falta seja essencial;
- c) Sejam apresentadas como variantes.

SECÇÃO IV

Adjudicação

Artigo 18.º

Escolha do adjudicatário

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, a entidade competente para autorizar a despesa, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, escolhe o adjudicatário.

Artigo 19.º

Notificação da adjudicação

Nos cinco dias posteriores à respectiva decisão, todos os concorrentes são notificados do acto de adjudicação.

Artigo 20.º

Anulação da adjudicação

1 - A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:

- a) Não entregue a documentação que lhe seja exigida nos termos do artigo 24.º;
- b) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato.

2 - Nos casos previstos no número anterior, a entidade competente para autorizar a despesa pode decidir pela adjudicação ao concorrente classificado em segundo lugar.

Artigo 21.º

Causas de não adjudicação

1 - Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:

- a) Quando todas as propostas apresentadas sejam consideradas inaceitáveis pela entidade competente para autorizar a despesa;
- b) Quando houver forte presunção de conluio entre os concorrentes, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro

2 - Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão, das medidas a adoptar de seguida e dos respectivos fundamentos.

SECÇÃO V

Contrato

Artigo 22.º

Aceitação da minuta do contrato

1 - A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário.

2 - A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respectiva notificação.



Câmara Municipal de Monção

Artigo 23.º

Reclamações contra a minuta

- 1 - São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso.
- 2 - Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a defere se nada disser no referido prazo.

Artigo 24.º

Caução

O concessionário prestará caução, antes da data da assinatura do contrato de concessão, no montante de 4 (quatro) rendas mensais, válida pelo período da concessão, a contar da adjudicação, através de depósito bancário à ordem da câmara municipal, substituível por garantia bancária ou seguro-caução, mobilizáveis em termos equivalentes aos do depósito, a qual será perdida a favor da câmara municipal se o contrato for rescindido por culpa da concessionária.

Artigo 25.º

Celebração de contrato escrito

- 1 - O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias a contar da data da aprovação da minuta.
- 3 - A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato.
- 4 - Se a entidade pública contratante não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta.

Cláusula 26.ª

Cessão da posição contratual pelo concessionário

Sem prejuízo das limitações estabelecidas por lei, o concessionário pode ceder a sua posição contratual no âmbito do contrato de concessão, ficando a mesma dependente de autorização expressa e escrita do concedente e condicionada à apresentação pelo potencial concessionário ao concedente dos documentos de habilitação exigidos ao cedente.

SECÇÃO VI

Declarações e documentos

Artigo 27.º

Prova de declarações

- 1 - A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
- 2 - A não apresentação pelo concorrente ou adjudicatário dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente artigo, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da exclusão do procedimento ou da anulação da adjudicação, consoante o caso, a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela entidade adjudicante.

Artigo 28.º

Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respectiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos actos subsequentes.



Câmara Municipal de Monção

SECÇÃO VII

Disposições finais

Artigo 29.º

Anulação do procedimento

1 - A entidade competente para autorizar a despesa pode, em qualquer momento, anular o presente concurso quando:

a) Por circunstância imprevisível seja necessário alterar os elementos fundamentais dos documentos que servem de base ao concurso;

b) Outras razões supervenientes e de manifesto interesse público o justifiquem.

2 - No caso da alínea a) do número anterior é obrigatória a abertura de um novo concurso, no prazo de seis meses a contar da data do despacho de anulação.

3 - A decisão de anulação do concurso é fundamentada e publicitada nos mesmos termos em que foi publicitada a sua abertura.

4 - Os concorrentes que, entretanto, tenham apresentado propostas são notificados dos fundamentos da decisão de anulação do concurso e, ulteriormente, da abertura do novo concurso.

Artigo 30.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, e demais legislação aplicável

Monção, Paços do Concelho, aos 22 de Fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara,

- António José Fernandes Barbosa -